

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.795, DE 2025

Institui o dia 30 de novembro como o Dia Nacional do Síndico.

Autora: Deputada DAYANY BITTENCOURT

Relatora: Deputada BIA KICIS

I – RELATÓRIO

Projeto de Lei nº 1.795, de 2025, de autoria da Deputada Dayany Bittencourt, que “Institui o dia 30 de novembro como o Dia Nacional do Síndico.

A proposição foi distribuída as Comissões de Cultura (CCULT), para apreciação conclusiva de mérito e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para o exame da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

A instituição do Dia Nacional do Síndico, a ser celebrado anualmente em 30 de novembro, representa um reconhecimento justo e necessário àqueles que desempenham um papel fundamental na gestão de condomínios e na organização da vida em comunidade. A proposta visa não apenas homenagear esses profissionais, mas também promover a inclusão e a valorização de seu trabalho, destacando sua relevância para a harmonia e a eficiência administrativa dos espaços coletivos.

A escolha dessa data não é meramente simbólica; ela busca conscientizar a sociedade sobre as responsabilidades e os desafios enfrentados pelos síndicos, muitas vezes subestimados. Ao dedicar um dia nacional à categoria, o projeto fortalece a mobilização social e o debate público em torno de temas como gestão condominial, direitos e deveres dos condôminos e a importância da organização coletiva.

Dessa forma, a instituição do Dia Nacional do Síndico não apenas dará visibilidade a essa função essencial, mas também reforçará a importância da gestão democrática e participativa nos espaços urbanos, em sintonia com os princípios de cidadania e convivência social.

Diante disso, a aprovação deste projeto representa um avanço na valorização dos profissionais que zelam pelo bem-estar coletivo, além de fortalecer a consciência cidadã em relação à administração condominial. É uma medida justa, necessária e alinhada com os objetivos de inclusão, reconhecimento e educação social.

Por fim, quanto ao atendimento do disposto na Lei nº 12.345, de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, cabe ressaltar o entendimento firmado nas recentes Questões de Ordem nº 260/2025 e nº 262/2025, de 5 de maio de 2025, de que os requisitos exigidos pela referida lei, especialmente a realização de audiências públicas (art. 4º), “devem ser satisfeitos ao longo da tramitação legislativa bicameral, não necessariamente no momento da apresentação da proposição”. Conforme decidido pela



Presidência desta Casa, “a audiência pública, como mecanismo essencial de participação popular e de embasamento da discussão parlamentar, pode ser realizada durante as fases subsequentes da tramitação”, o que não configura impedimento para a continuidade da tramitação e apreciação da matéria nesta Comissão ou eventualmente pelo Plenário.

Diante do exposto, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.795, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada BIA KICIS
Relatora

